

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
XIII EXAME DE ORDEM**

C007 – DIREITO DO TRABALHO/PROCESSO DO TRABALHO	PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL
QUESTÃO C007032	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO EMBARGOS DE DEVEDOR	

ENUNCIADO

Rômulo Delgado Silva, brasileiro, viúvo, empresário, portador da identidade 113, CPF 114, residente e domiciliado na Avenida Brás Montes, casa 72 – Boa Vista – Roraima – CEP 222, em entrevista com seu advogado, declara que foi sócio da pessoa jurídica Delgado Jornais e Revistas Ltda., tendo se retirado há 2 anos e 8 meses da empresa; que foi surpreendido com a visita de um Oficial de Justiça em sua residência, que da primeira vez o citou para pagamento de uma dívida trabalhista de R\$ 150.000,00, oriunda da 50ª Vara do Trabalho de Roraima, no Processo 0011250-27.2013.5.11.0050 e, em seguida, 48 horas depois, retornou e penhorou o imóvel em que reside, avaliando-o, pelo valor de mercado, em R\$ 180.000,00; que tem apenas esse imóvel, no qual reside com sua filha, já que viúvo; que o Oficial de Justiça informou que há uma execução movida pela ex-empregada Sônia Cristina de Almeida contra a empresa que, por não ter adimplido a dívida, gerou o direcionamento da execução contra os sócios; que foi ao Fórum e fotocopiou todo o processo, agora entregue ao advogado; que nas contas homologadas, sem que a parte contrária tivesse vista, foi verificado que a correção monetária foi calculada considerando o mês da prestação dos serviços, ainda que a sentença fosse omissa a respeito; que, ao retornar para penhorar o imóvel, o oficial informou que a dívida havia aumentado em 10%, porque o juiz aplicou a multa do artigo 475-J, do CPC.

Diante do que foi exposto, elabore a medida judicial adequada para a defesa dos interesses do entrevistado, sem criar dados ou fatos não informados. **(Valor: 5,0)**

GABARITO COMENTADO

Formato de embargos de devedor/embargos à execução/embargos à penhora, com citação do art. 884 CLT OU embargos de terceiro, com citação do art. 1046 CPC dirigido à 50ª Vara do Trabalho de Roraima, com indicação do processo e qualificação do embargante.

IMPOSSIBILIDADE EXECUÇÃO EX-SÓCIO - Apresentação da tese de que o embargante não pode ter a execução direcionada contra si, pois se retirou da sociedade há mais de 2 anos, conforme artigo 1003 § único do CCB;

BEM DE FAMÍLIA - Apresentação da tese de bem de família, não passível de penhora, conforme Lei nº 8.009/90;

CORREÇÃO MONETÁRIA - A correção monetária deveria ser calculada pelo índice do mês seguinte ao da prestação dos serviços, conforme Súmula nº 381, do TST;

MULTA ARTIGO 475-J CPC – Apresentação da tese de que a multa do artigo 475-J, do CPC, é indevida no Processo do Trabalho, que possui regra própria, conforme artigo 880, da CLT;

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Gabarito 1 – Embargos de Devedor

ITEM	PONTUAÇÃO
Formato de embargos de devedor/embargos à execução/embargos à penhora, com citação do art. 884 CLT dirigido à 50ª Vara do Trabalho de Boa Vista/Roraima, com indicação do processo e qualificação do embargante (0,50). <i>Obs: A omissão/erro de qualquer dos requisitos reduzirá a nota em 0,20 pontos.</i>	0,00/0,30/0,50
O embargante não pode ter a execução direcionada contra si OU ilegitimidade passiva, pois se retirou da sociedade há mais de 2 anos (0,80). Indicação do artigo 1003,§ único OU 1032, do CCB (0,20).	0,00 / 0,80 / 1,00
O bem é de família por ser o único do executado, não sendo passível de penhora (0,80) Indicação do art. 1º da Lei nº 8.009/90.(0,20).	0,00 / 0,80 / 1,00
Correção monetária deveria ser calculada pelo índice do mês seguinte ao da prestação dos serviços (0,80). Indicação da Súmula nº 381, do TST. (0,20).	0,00 / 0,80 / 1,0
A multa do artigo 475-J é indevida no Processo do Trabalho, pois a CLT possui regra própria OU não cabe interpretação ampliativa (0,80). Indicação do artigo 880, da CLT. (0,20).	0,00 / 0,80 / 1,0
Requerimento de citação/notificação do embargado (0,20) e a procedência dos embargos. (0,20)	00 / 0,20 / 0,40
Fechamento da Peça. (0,10) Data, Local, Advogado, OAB ...nº...	0,00 / 0,10

Gabarito 2 – Embargos de Terceiro

ITEM	PONTUAÇÃO
Formato de embargos de terceiro, com citação do art. 1046 CPC dirigido à 50ª Vara do Trabalho de Boa Vista/Roraima, com indicação do processo e qualificação do embargante (0,50). <i>Obs: A omissão/erro de qualquer dos requisitos reduzirá a nota em 0,20 pontos.</i>	0,00/0,30/0,50
Requerimento de Distribuição por dependência à reclamação trabalhista (0,10) e suspensão do processo principal (0,10)	0,00/0,10/0,20
O embargante não pode ter a execução direcionada contra si OU ilegitimidade passiva, pois se retirou da sociedade há mais de 2 anos (0,80). Indicação do artigo 1003,§ único OU 1032, do CCB (0,20).	0,00 / 0,80 / 1,00
O bem é de família por ser o único do executado, não sendo passível de penhora (0,60) Indicação do art. 1º da Lei nº 8.009/90.(0,20).	0,00 / 0,60 / 0,80
Correção monetária deveria ser calculada pelo índice do mês seguinte ao da prestação dos serviços (0,60). Indicação da Súmula nº 381, do TST. (0,20).	0,00 / 0,60 / 0,80
A multa do artigo 475-J é indevida no Processo do Trabalho, pois a CLT possui regra própria OU não cabe interpretação ampliativa (0,60). Indicação do artigo 880, da CLT. (0,20).	0,00 / 0,60 / 0,80
Requerimento de citação/notificação do embargado (0,30) e a procedência dos embargos. (0,30)	0,00 / 0,30 / 0,60
Atribuição de Valor da causa (0,20)	0,00/0,20
Fechamento da Peça. (0,10) Data, Local, Advogado, OAB ...nº...	0,00 / 0,10

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
XIII EXAME DE ORDEM**

DISCIPLINA: **DIREITO DO TRABALHO**

CÓDIGO: **B007**

TIPO DE QUESTÃO: **QUESTÃO DISCURSIVA**

QUESTÃO Nº: **B007115**

ITEM DO PROGRAMA: Extinção do contrato de trabalho. Natureza de parcela. Fgts

ENUNCIADO

Aproveitando a oportunidade conferida por seu empregador, Renan aderiu ao Programa de Demissão Voluntária ofertado pela empresa e recebeu 10 salários adicionais de indenização (um salário por cada ano trabalhado), além das verbas típicas da dispensa sem justa causa. No mesmo período, Renan dispensou sua empregada doméstica.

Diante da situação, responda aos itens a seguir.

- A) Haverá recolhimento de FGTS sobre a indenização de 10 salários adicionais? Justifique em qualquer hipótese. **(Valor: 0,65)**
- B) Analise se, em eventual reclamação trabalhista movida pela empregada doméstica de Renan, poderia haver penhora da conta do FGTS do empregador para que os valores lá depositados sirvam para pagamento da doméstica na fase executória. Justifique. **(Valor: 0,60)**

A mera indicação do fundamento legal não credencia pontuação.

GABARITO COMENTADO

- A) Não haverá recolhimento de FGTS haja vista a natureza indenizatória da verba (ou natureza não salarial), não se constituindo em fato gerador do FGTS, conforme artigo 15, §6º da Lei nº 8.036/90, repetido no art. 9º, X da instrução normativa 99/2012 do MTE.
- B) Não será possível, pois as contas do FGTS são absolutamente impenhoráveis, na forma do artigo 2º, § 2º, da Lei nº 8.036/90, repetido no art. 17 Decreto 99.684/90.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A. Não haverá, haja vista a natureza indenizatória da verba ou natureza não salarial (0,45) . Indicação do artigo 15, §6º da Lei nº 8.036/90 OU art. 9º, X da IN 99/2012 MTE (0,20) . Obs.: <i>é necessária a indicação precisa do fundamento legal. A mera indicação do fundamento legal ou jurisprudencial não credencia pontuação.</i>	0,00 – 0,45 – 0,65
B. Impossível porque as contas do FGTS são absolutamente impenhoráveis (0,40) . Indicação do artigo 2º, § 2º, da Lei nº 8.036/90 OU art. 17 Decreto 99.684/90 (0,20) . Obs.: <i>é necessária a indicação precisa do fundamento legal. A mera indicação do fundamento legal ou jurisprudencial não credencia pontuação.</i>	0,00 – 0,40 – 0,60

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
XIII EXAME DE ORDEM

B007 – DIREITO DO TRABALHO/PROCESSO DO TRABALHO	QUESTÃO DISCURSIVA
QUESTÃO B007128	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Direito coletivo. Acordo coletivo.	

ENUNCIADO

Paulo, soldador, trabalha na empresa Tubo Forte Ltda.. Em abril de 2013, o sindicato representativo da categoria de Paulo firmou acordo coletivo com a empresa Tubo Forte Ltda., no qual estabelecia a concessão de vale refeição. Tal acordo teve validade de um ano e, até hoje, não houve outra norma coletiva negociada. Em razão disso, desde que houve o decurso do prazo de vigência do acordo, a empresa cessou o pagamento do benefício.

Na qualidade de advogado de Paulo, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

- A) O que você deverá alegar em eventual ação trabalhista? **(Valor: 0,65)**
B) Qual o princípio de direito do trabalho está envolvido na questão? **(Valor: 0,60)**

A mera citação do fundamento legal não pontua.

GABARITO COMENTADO

- A) Deve ser ajuizada reclamação trabalhista pedindo o restabelecimento do pagamento, bem como os pagamentos atrasados, pois o direito ao benefício integrou o contrato de trabalho de Paulo e só poderá ser suprimido por outra norma coletiva específica, nos termos da Súmula 277, do TST.
B) Trata-se do princípio da proteção ou da condição mais benéfica ou da ultratividade da norma coletiva ou do direito adquirido ou do não retrocesso social ou do direito adquirido ou da aderência restrita pela revogação.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A) Restabelecimento do pagamento e atrasados, em razão da integração do benefício ao contrato de trabalho OU a benesse integrou o contrato individual e somente pode ser suprimida por outra norma coletiva (0,45) , citação da Súmula 277, do TST (0,20) . <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não pontua.</i>	0,00/0,45/0,65
B) Princípio da proteção OU da condição mais benéfica OU da ultratividade da norma coletiva OU do direito adquirido OU do não retrocesso social OU do direito adquirido OU da aderência restrita pela revogação. (0,60) .	0,00/0,60

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
XIII EXAME DE ORDEM

B007 – PROCESSO DO TRABALHO	QUESTÃO DISCURSIVA
QUESTÃO B007133	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO EXECUÇÃO PROVISÓRIA. CARTA DE SENTENÇA. OFERTA DE BENS. MANDADO DE SEGURANÇA	

ENUNCIADO

Extraída carta de sentença nos autos da reclamação trabalhista movida por Jubert Machado contra a Sapataria Monte Belo Ltda., foram homologados os cálculos e citado o devedor para pagamento que, no prazo legal, ofereceu um bem como garantia, comprovando documentalmente a propriedade do referido bem. O juiz conferiu vista à parte contrária, que não aceitou o bem ofertado, desejando a penhora em dinheiro, com base nos artigos 882 da CLT e 655, I, do CPC. Feita a conclusão, o juiz determinou que a penhora recaísse sobre dinheiro, tendo o valor sido bloqueado das contas do executado.

A partir do caso apresentado, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

- A) À luz da jurisprudência consolidada do TST, analise se a decisão do juiz está correta. **(Valor: 0,65)**
- B) Se a empresa discorda da decisão judicial de apreensão de dinheiro, indique de qual medida ela poderia valer-se para tentar a reversão e em que prazo. **(Valor: 0,60)**

A mera citação do dispositivo legal não pontua.

GABARITO COMENTADO

- A) Errada, pois tratando-se de execução provisória e tendo a empresa oferecido um bem, ele deveria ser aceito (Súmula 417, III, do TST) OU deveria ter aceito, pois tratando-se de execução provisória, ela deve ser feita da maneira menos gravosa para o devedor (CPC, artigo 620)
- B) Mandado de segurança, no prazo de 120 dias (Súmula nº 417, III, do TST)

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
Errada. Tratando-se de execução provisória, o bem ofertado deveria ser aceito (0,45). Indicação da Súmula 417, III, do TST (0,20) OU Errada. Tratando-se de execução provisória, ela deve ser feita da maneira menos gravosa para o devedor (0,45). Indicação do artigo 620, do CPC. (0,20) <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não pontua.</i>	0,00 / 0,45 / 0,65
Mandado de segurança (0,40) no prazo de 120 dias (0,20)	0,00 / 0,40 / 0,60

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
XIII EXAME DE ORDEM

B007 – DIREITO DO TRABALHO	QUESTÃO DISCURSIVA
QUESTÃO B007139	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO. INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. ACUMULAÇÃO	

ENUNCIADO

Jocimar é auxiliar de laboratório, ganha R\$ 2.300,00 mensais e ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa Recuperação Fármacos Ltda., sua empregadora, requerendo o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Designada perícia pelo juiz, foi constatado pelo *expert* que no local de trabalho o frio era excessivo, sem a entrega de equipamento de proteção individual adequado, além de perigoso, pois Jocimar trabalhava ao lado de um tanque da empresa onde havia grande quantidade de combustível armazenado. Contudo, a empresa impugnou expressamente o laudo pericial, afirmando que o perito designado era um engenheiro de segurança do Trabalho, e não um médico do trabalho, como deveria ser.

Diante do caso, responda:

- A) Analise, de acordo com a CLT, a possibilidade de condenação da empresa nos dois adicionais desejados, justificando. **(Valor: 0,65)**
- B) Caso Jocimar postulasse o adicional de insalubridade, alegando que o ruído era excessivo, analise se seria possível o deferimento do adicional se a perícia constatou que o único elemento insalubre presente no local era o frio. Justifique. **(Valor: 0,60)**

A mera citação do dispositivo legal não pontua.

GABARITO COMENTADO

- A) Impossível o deferimento de ambos os adicionais cumulativamente, na forma da CLT, artigo 193, § 2º OU NR 15, item 15.3 do MTE. O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade ou periculosidade que porventura lhe seja devido.
- B) Seria possível, pois o juiz não fica adstrito ao agente agressor indicado pela parte, na forma da Súmula 293, do TST.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
Impossível o deferimento de ambos os adicionais cumulativamente (0,45) . Indicação do artigo 193, § 2º, da CLT OU NR 15, item 15.3 do MTE (0,20) . <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não pontua.</i>	0,00 /0,45/0,65
Seria possível, pois o juiz não fica adstrito ao agente agressor indicado pela parte (0,40) . Indicação da Súmula nº 293, do TST (0,20) . <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não pontua.</i>	0,00 /0,40 /0,60